

## EXAME DE ORDEM 03/2007

### PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL

#### TURNO MANHÃ

#### QUESTÕES PRÁTICAS

### Área de Opção: Direito Penal e Processual Penal

#### Instruções

1. Observe que **não** é permitido o uso de corretivo líquido ou borracha.
2. Evite formular perguntas após o início da prova. O entendimento da questão faz parte da avaliação.
3. **Não aponha sua assinatura no corpo das folhas de respostas nem coloque qualquer sinal de identificação.**
4. Não se retire da sala antes de transcorridas **2 horas** do início da prova.
5. Devolva, ao término da prova, **o caderno de questões e as folhas de rascunho** ao fiscal da sala.
6. Lembre que o tempo de duração da prova é de **4 horas**.
7. Verifique se este caderno contém **5 questões práticas** e se a área de opção está correta. Caso contrário, solicite um novo caderno ao fiscal da sala. Não serão aceitas reclamações posteriores.
8. Responda às questões com letra legível, utilizando caneta de tinta azul ou preta e procurando não ultrapassar os limites propostos.

**Observação:** Preencha o nome em letra de forma, aponha sua assinatura e seu número de inscrição e indique a cidade de realização da prova. Não faça nenhum sinal identificador em qualquer outro campo deste caderno.

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nº de Inscrição:

--	--	--	--	--	--	--

Cidade de Prova: \_\_\_\_\_

---

## QUESTÕES PRÁTICAS

- Questão 01.** **A** dirigia seu veículo, sem habilitação (suspensa em virtude do excesso de pontos no prontuário), quando, em determinado momento, foi abalroado por **B**, que não parou o veículo em uma avenida preferencial quando, em tese, deveria tê-lo feito. O abalroamento causou lesões corporais em **A**. Em virtude da conexão, **A** e **B** foram processados nos mesmos autos. Ao final da instrução, ambos foram absolvidos: **A** porque não fora cientificado da suspensão do seu direito de dirigir, e **B** porque provou que, naquele momento, o sinal estava verde para ele, razão pela qual não teve culpa pelas lesões sofridas por **A**. A intimação da sentença ocorreu sexta-feira. O Ministério Público não recorreu. Diante desta situação, responda:
- considerando que **A** e **B** foram co-réus no mesmo processo, que medida ou recurso criminal **A** poderá, ainda, interpor contra **B**? (até 0,4)
  - em que prazo? (até 0,3)
  - sob que fundamento? (até 0,3)

- Questão 02.** Na fase prevista no art. 499 do CPP, o Ministério Público arrolou três testemunhas não indicadas quando do oferecimento da denúncia. As testemunhas arroladas não haviam sido referidas por outras testemunhas na instrução. A instrução já havia encerrado. O Magistrado deferiu o pedido do Ministério Público. Diante desta situação, responda:
- que medida poderá ser interposta para impugnar a decisão? (até 0,4)
  - em que prazo? (até 0,3)
  - sob que fundamento? (até 0,3)

- Questão 03.** **A** ajuizou queixa contra **B** por crime de calúnia pela lei de imprensa. Ultrapassada a audiência preliminar, a queixa foi rejeitada. Diante desta situação, responda:
- de que medida o advogado de **A** poderá se valer para atacar a decisão de rejeição? (até 0,4)
  - de que prazo ele dispõe? (até 0,3)
  - sob que fundamento legal? (até 0,3)

- Questão 04.** **D**, vítima de abuso de autoridade (art. 4º, a, da Lei nº 4.898/1965), representou perante o Ministério Público na data de 20.02.2008. O Ministério Público remeteu, no mesmo dia, ofício com cópia da representação à Brigada Militar, manifestando-se pela instauração de processo administrativo disciplinar. A vítima o contrata, na data de hoje (24.02.2008), para representá-la. Considerando que o autor do abuso de autoridade está solto e que o Ministério Público até o presente momento não se manifestou com relação à interposição da ação penal, responda:
- qual a medida judicial cabível? (até 0,4)
  - qual o primeiro dia para sua interposição? (até 0,2)
  - qual o fundamento legal para a medida e para o prazo? (até 0,4)

- Questão 05.** **A** está sendo processado pelo delito de abuso de poder econômico, previsto no art. 4º da Lei nº 8.137/1990. Em virtude da investigação, instaurou-se, perante o Conselho Administrativo de Defesa Econômica, processo administrativo para apurar infração à ordem econômica (art. 21 da Lei nº 8.884/1994). Instado, o juízo federal processante não suspendeu o processo, pois, *in casu*, considerou que, mesmo diante da similitude das condutas praticadas, bem como diante da *expertise* do órgão administrativo (familiarizado com a análise econômica e concorrencial), a questão prejudicial suscitada não teria o condão de obstar a ação penal. Ademais, considerou a independência das esferas judicial e administrativa. Diante desta situação, responda:
- com que medida processual pode ser atacada a decisão judicial? (até 0,4)
  - em que prazo? (até 0,3)
  - sob que fundamento? (até 0,3)

**Observação:** Conforme o artigo 19 do Regulamento do Exame de Ordem 03/2007, a nota final da prova prático-profissional será expressa, em números inteiros, na escala de 0 (zero) a 10 (dez). A cada questão prática será atribuída nota na escala de 0 (zero) a 1 (um) e, à peça processual, nota de 0 (zero) a 5 (cinco). As questões práticas e a peça processual corresponderão ao peso de 50% (cinquenta por cento) cada uma. A nota final da prova será igual ao somatório das notas obtidas nas questões práticas e na peça processual, arredondando-se, se for o caso, para o número inteiro imediatamente superior.